

Laboratório de Vetores

Margareth Regina Dibo



Prática no Laboratório de Vetores

O Laboratório de Vetores iniciou suas atividades em 30 de agosto de 2004, quando foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº 1/2004 entre a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) e a Sucen (Processo Sucen 197/2004), objetivando a cooperação técnica, científica e pedagógica para o desenvolvimento de atividades de rotina e pesquisa em doenças transmitidas por vetores.

No Laboratório são desenvolvidas atividades de rotina dos Programas da Sucen, em conjunto com o Serviço Regional de São José do Rio Preto (SR-08), e projetos de pesquisa em doenças transmitidas por vetores, especialmente dengue e leishmaniose visceral, em parceria com Famerp, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e Grupo de

Vigilância Epidemiológica (GVE) de São José do Rio Preto.

O Laboratório desenvolveu estudos que propiciaram maior conhecimento sobre as armadilhas de oviposição para a espécie *Aedes aegypti* e permitiram sua utilização pela Instituição. Em campo, verificou-se que o melhor local para instalação é o peridomicílio, principalmente ao relento; que a alta correlação entre positividade e número médio de ovos indica que uma variável prediz a outra, portanto não há necessidade de contar os ovos nas palhetas e calcular o número médio de ovos, somente verificar a presença de ovos; que a proporção esperada de ovos de *Aedes aegypti* em uma palheta é de 99,2% na região de São José do Rio Preto¹. Comparando-se estas armadilhas com a

pesquisa larvária, concluiu-se que as armadilhas podem ser utilizadas nos períodos de outubro a dezembro e maio a setembro, e o Índice de Breteau no período de janeiro a maio².

Foram avaliados métodos de varredura superficial e em redemoinho para estimativa da quantidade de larvas de III/IV estágios e pupas em recipientes de grande porte (tambor cilíndrico 200L, caixa d'água retangular 500L e piscina retangular 1000L); foram obtidos fatores de calibração (número de larvas/pupas existentes, dividido pelo número de larvas/pupas coletadas) por regressão linear e verificou-se que os valores dos fatores de calibração para larvas foram maiores que para pupas, em função da maior recuperação de pupas; que a varredura em redemoinho foi mais adequada para tambores e caixas d'água que a superficial; que o tempo médio total para execução da varredura em redemoinho ou a superficial sempre se mostrou inferior a um minuto; portanto, os dois métodos de varredura, associados a fatores de calibração, podem ser utilizados em atividades de vigilância entomológica³.

Em outra linha de atuação que pretendeu a avaliação das ações municipais de combate a vetores da dengue, constatou-se que visitas casa a casa apresentam correlação negativa com os Índices de Breteau (IB) na maioria dos municípios e, embora apresentem problemas, devem continuar sendo realizadas; entretanto, o arrastão apresentou resultado oposto e seu emprego deve ser pensado e analisado⁴.

Em um trabalho qualitativo, investigou-se os agentes que atuam no controle da dengue e as mulheres da comunidade. Verificou-se que os problemas apresentados pelos agentes de

controle de vetores (ACV) foram “recusa à visita domiciliar” e “falta de adesão da população às atividades preventivas propostas”; a identificação dos agentes como “coletores de lixo” e a diferença de estrato social em relação aos agentes comunitários de saúde (ACS). Entre as mulheres, notou-se a “culpa entre vizinhos”, a relação entre “casa limpa e ausência de criadouros”; o controle e prevenção do dengue foram considerados atividades de menor importância em comparação a outras necessidades essenciais do morador e o agente ideal seria aquele capaz de encaminhar todas as demandas da comunidade. Assim, foi sugerida a incorporação dos ACV às Unidades Básicas de Saúde, onde já se encontravam os ACS, visando diminuir as diferenças existentes entre eles, tanto para os próprios agentes, como para a população; investimento na integração intersetorial da Prefeitura Municipal, para que os agentes possam encaminhar as demandas recebidas e retornar com uma resposta ao morador, na próxima visita. Essas atitudes poderão alterar a visão da comunidade em relação aos ACV, com diminuição de recusa à visita domiciliar e adesão da população às atividades preventivas propostas⁵.

Em um trabalho educativo realizado junto com a comunidade, na área de estudo, onde não foi utilizado larvicida nos recipientes, comparado com uma área onde eram realizadas as atividades preconizadas pelo Programa de controle da dengue (área controle), verificou-se que houve redução do número de recipientes por casa, aumento da proporção de casas sem recipientes e aumento da proporção de pessoas que reconheceram as larvas do vetor na área de estudo em relação à área controle. Assim,



observou-se que a comunidade reconhece as formas imaturas do vetor nos recipientes, procura evitar a presença destes em sua residência, reduzindo a quantidade de criadouros e não havendo a necessidade do emprego de larvicida para o controle do vetor⁶.

Referências Bibliográficas

1. Dibo MR, Chiaravalloti Neto F, Battigaglia M, Mondini A, Favaro E, Barbosa AAC et al. Identification of the best ovitrap installation sites for gravid *Aedes (Stegomyia) aegypti* in residences in Mirassol, state of São Paulo, Brazil. Mem Inst Oswaldo Cruz. 2005; 100 (4): 339-43.
2. Barbosa AAC, Favaro EA, Mondini A, Dibo MR, Chiaravalloti Neto F. Evaluation of oviposition traps as an entomological surveillance method for *Aedes aegypti* (Diptera, Culicidae). Rev Bras Entomol. 2010; 54:328-31.
3. Dibo MR, Favaro EA, Parra MCP, Santos TC, Cassiano JH, Deitz K et al. Evaluation of two sweeping methods for estimating the number of immature *Aedes aegypti* (Diptera, Culicidae) in large containers. Rev Soc Bras Med Trop. 2013; 46:502-5.
4. Chiaravalloti Neto F, Costa AIP, Moura MSA, Dibo MR, Pereira FC, Battigaglia M et al. Avaliação das ações municipais de combate a vetores da dengue na região de São José do Rio Preto, São Paulo, 1989-1995. Rev Soc Bras Med Trop. 1999; 32 (4):357-62.
5. Chiaravalloti Neto F, Baglini V, Cesarino MB, Favaro EA, Mondini A, Ferreira AC et al. O Programa de Controle do Dengue em São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil: dificuldades para atuação dos agentes e adesão da população. Cad Saúde Pública. 2007; 23:1656-64.
6. Chiaravalloti Neto F, Fiorin AM, Conversani DT, Cesarino MB, Barbosa AAC, Dibo MR et al. Controle do vetor do dengue e participação da comunidade em Catanduva, São Paulo, Brasil. Cad Saúde Pública. 2003; 19 (6):1739-49.

